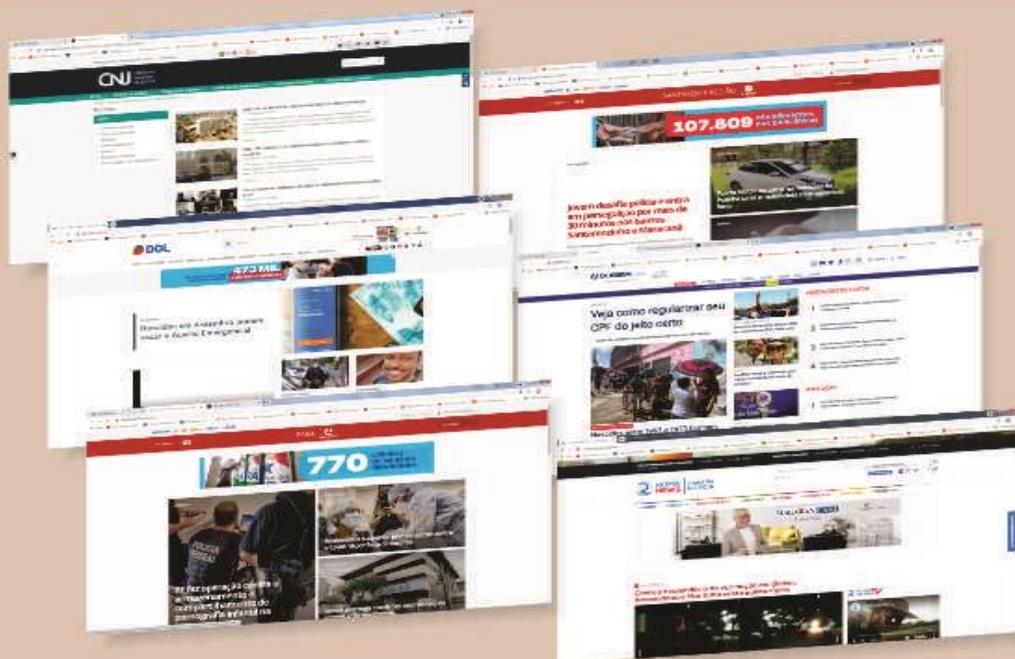




CLIPPING



18 de
Janeiro
2022

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

AGROTÓXICOS

Fazendeiro é denunciado por crimes ambientais**DILSON PIMENTEL**
DA REDAÇÃO

O promotor de Justiça titular de Santa Luzia do Pará, Daniel Mondego Figueiredo, ofereceu denúncia contra o proprietário e o responsável técnico de uma fazenda localizada na zona rural do município, no nordeste do estado. Eles são acusados por prática de crimes ambientais pela pulverização aérea ilegal de agrotóxicos que atingiu propriedades de um acampamento próximo à fazenda. O promotor fez a denúncia no dia 12 deste mês.

O caso ocorreu do fim de janeiro até o início de fevereiro do ano passado. Um inquérito policial foi instaurado pela Delegacia de Conflitos Agrários (Deca), da Polícia Civil, após representação encaminhada pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH). Após o registro, moradores do acampamento denunciaram ao Ministério Público do Pará (MPPA) que alguns trabalhadores rurais precisaram ser atendidos no sistema de saúde do local. Eles apresentavam sintomas como falta de ar, tontura, dor de cabeça, sensação de inchaço na língua e na face e desmaio. Além de afetar as pessoas do acampamento, a pulverização aérea também atingiu as plantações. Os técnicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Santa Luzia comprovaram e documentaram em relatório o dano ambiental. A Polícia Científica do Pará chegou à mesma conclusão: "Várias plantas apresentavam características típicas de terem sido atingidas por pulverização de agrotóxicos, estando as mesmas queimadas e esturricadas e mortas, identificando algumas delas como sendo das espécies mandioca, bananeira, cajueiro, goiabeira, laranja, tangerina, limão, ingá, entre outras". O proprietário da fazenda e o responsável técnico, que é engenheiro agrônomo, devem responder à denúncia pelo lançamento de resíduo em desacordo com as exigências estabelecidas em regulamentos e pelo uso do produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

FILHO DESNATURADO PRESO POR ESPANCAR A PRÓPRIA MÃE

O crime da vítima: pedir ao filho para colocar um fim numa algazarra com amigos regada a som alto e muita bebida

VIOLÊNCIA

JR Avelar

Foi preso em flagrante no município de Abaetetuba, na região nordeste paraense, pelo crime de lesão corporal grave no âmbito familiar, Célio José da Rocha de Oliveira Junior denunciado pela própria mãe. As informações são da superintendente regional da Polícia Civil do Baixo Tocantins, delegada Renata Gurgel, que atendeu a vítima com várias lesões no rosto, cabeça e pescoço, fruto da violência do próprio filho.

Segundo as informações, a Polícia Civil prendeu em flagrante Célio José após ter agredido com socos sua mãe após desentendimento familiar. Segundo o que foi apurado, a vi-

tima havia solicitado que o filho encerrasse uma festa que oferecia em casa com amigos até altas horas da noite, regada a som alto, bebida alcoólica e muita algazarra.

Célio não teria gostado do pedido da mãe e, na frente dos convidados, enfurecido e "coçado", passou a agredir a mãe, causando-lhe diversos hematomas na face.

Ferida, a mulher procurou a Polícia Civil que deu apoio mandando uma equipe ao local onde prendeu em flagrante Célio José da Rocha de Oliveira Junior, que foi autuado em flagrante pelo crime de lesão corporal grave e já se encontra à disposição da justiça.

O crime repercutiu muito na cidade de Abaetetuba e nas redes sociais o filho desnaturado foi criticado pela ação criminosa contra a própria mãe não atendendo os apelos daquela que lhe deu a vida.



Célio José foi preso em flagrante após espancar a própria mãe, em Abaetetuba FOTO: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

INTERIOR DO PARÁ 7 SÃO PRESOS POR TRÁFICO, FURTO E ROUBO

Operações foram realizadas durante o final de semana nos municípios de Curuçá, Marapanim, Vigia e Bujaru



Na operação foram realizadas várias apreensões de entorpecentes
FOTOS: DIVULGAÇÃO

BALANÇO

Tiago Silva
DE CASTANHAL

As polícias civil e militar divulgaram ontem o balanço parcial de algumas operações realizadas durante o final de semana nos municípios de Curuçá, Marapanim, Vigia e Bujaru, região do nordeste paraense. No total, 7 pessoas foram presas e grande quantidade de entorpecentes foi apreendida.

No início da tarde de sexta-feira (14), por volta das 13h, em Curuçá, sob a coordenação do Delegado Paulo Henrique Júnior, que é Superintendente da 3ª Região Integrada de Segurança Pública (3ª RISP), e do Delegado Johnny Dourado, que é titular de Curuçá, foi deflagrada a operação "sexto", que visou combater os crimes patrimoniais. Após a realização de investigação, o Delegado Johnny Dourado representou pelas medidas cautelares pertinentes. O pedido foi



apreciado pelo Juiz de Direito José Maria, da Comarca de Curuçá, que deferiu os mandados.

No total, foram cumpridos três mandados de prisão preventiva contra pessoas indiciadas em inquéritos policiais que apuram crime de roubo majorado pelo concurso de pessoa e emprego de arma de fogo.

A Polícia Civil constatou ainda que a maioria dos roubos ocorria na zona rural de Curuçá. Após os procedimentos de praxe, os presos Raimundo dos Santos Pinheiro, Suanny Monteiro da Silva e Augusto Ataíde

de Lima foram encaminhados ao sistema prisional do Pará, para ficarem à disposição da Justiça.

No início da madrugada de sábado (15), por volta de 0h15min, Alex Barroso Alves, de 31 anos, foi preso acusado de tráfico de drogas, em Marapanim. Foram apreendidas 15 porções de cocaína. A prisão aconteceu na rua 7 de Setembro, área do bairro da Zara, e foi efetuada por policiais militares que estavam de serviço na viatura 0533. Ainda no município de Marapanim, durante outra ocorrência, a mesma equipe conseguiu prender um homem



acusado de ter praticado crime de furto dentro de uma academia, localizada na rua Diniz Botelho. Com o acusado, identificado apenas como "Zero", de 27 anos, foi recuperado um tênis.

Já em Bujaru, na madrugada de domingo (16), por volta de 1h, policiais militares de serviço na viatura 1213 foram atender uma ocorrência de um acidente de trânsito no km 13 da rodovia PA-140 quando avistaram dois suspeitos numa motocicleta conduzida por um adolescente de 15 anos. O que estava na garupa da moto, identificado como

Fabrizio de Jesus Santos Soares portava uma bolsa feminina, fato que gerou suspeita. A dupla foi abordada e, dentro da bolsa, foi encontrada 1 pedra de óxi. Ainda durante a revista, no bolso de Fabrizio, foram encontradas mais 28 pedras de óxi.

Na Delegacia de Polícia Civil de Bujaru, Fabrizio de Jesus Santos Soares foi autuado em flagrante delito pelo crime de tráfico de droga.

Para finalizar, em Vigia de Nazaré, a Polícia Militar prendeu uma mulher acusada de tráfico de drogas. Ela foi identificada como Albenise Maria de Sousa Almeida, flagrada com 60 papérolas de entorpecentes. A prisão aconteceu após denúncias anônimas de que estava acontecendo com frequência a comercialização de entorpecentes na casa de Albenise, localizada na rua Rodrigues dos Santos, área do bairro Marabazinho, em Vigia. A mulher ficou de ser transferida para o Centro de Recuperação Feminino (CRF), em Ananindeua, para ficar custodiada e à disposição do Poder Judiciário.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

BELÉM

Ministério Público do Pará denuncia fazendeiro por crimes ambientais, em Santa Luzia do Pará

Moradores de um acampamento apresentaram falta de ar, tontura, dor de cabeça e desmaio

Dilson Pimentel/ O Liberal

18.01.22 7h30



Pulverização aérea ilegal de agrotóxicos deixou moradores com falta de ar e tontura em Santa Luzia do Pará (Divulgação/Agência Senado (imagem meramente ilustrativa))

O promotor de Justiça titular de Santa Luzia do Pará, Daniel Mondego Figueiredo, ofereceu denúncia contra o proprietário e o responsável técnico de uma fazenda localizada na zona rural do município, no nordeste do estado. Eles são acusados por prática de crimes ambientais pela pulverização aérea ilegal de

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

agrotóxicos que atingiu propriedades de um acampamento próximo à fazenda. O promotor fez a denúncia no dia 12 deste mês.

O caso ocorreu do fim de janeiro até o início de fevereiro do ano passado. Um inquérito policial foi instaurado na Delegacia de Conflitos Agrários (Deca), da Polícia Civil, após representação encaminhada pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos. Após o registro, moradores do acampamento testemunharam ao Ministério Público do Pará (MPPA) que alguns trabalhadores rurais precisaram ser atendidos no sistema de saúde do local. Eles apresentavam sintomas como falta de ar, tontura, dor de cabeça, sensação de inchaço na língua e na face e desmaio.

Além de afetar as pessoas do acampamento, a pulverização aérea também atingiu as plantações do acampamento. Os técnicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Santa Luzia comprovaram e documentaram em relatório que, de fato, houve dano ambiental. O então Centro de Perícias Científica Renato Chaves – que agora é Polícia Científica do Pará - também concluiu a perícia com a mesma constatação: “Várias plantas apresentavam características típicas de ter sido atingidas por pulverização de agrotóxicos, estando as mesmas queimadas e esturricadas e mortas, identificando algumas delas como sendo das espécies mandioca, bananeira, cajueiro, goiabeira, laranjeira, tangerina, limão, ingá, entre outras”. O proprietário da fazenda e o responsável técnico, que é engenheiro agrônomo, devem responder à denúncia pelo lançamento de resíduo em desacordo com as exigências estabelecidas em regulamentos e pelo uso do produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente.

Desde 2018, Sesp monitora possível contaminação por agrotóxico causado pela atividade de pulverização aérea em Santa Luzia

A Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa) informou, por meio da coordenação de Vigilância em Saúde Ambiental (VISAMB), responsável pelo

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Programa de Vigilância em Saúde de População expostas a Agrotóxicos-VSPEA, que, desde 2018, monitora possível contaminação por agrotóxico causado pela atividade de pulverização aérea no município de Santa Luzia. A Sespa ressaltou que é de responsabilidade do município notificar, monitorar e selecionar o ponto com possível contaminação da água para coletar a amostras e encaminhar ao Lacen-Pa (Laboratório Central do Estado). Deste modo, em 2018 o município realizou 49 notificações de suspeita de intoxicação exógena por agrotóxico, uma em 2019, uma em 2020 e nove em 2021.

Ainda segundo a Secretaria, as notificações de 2018 a 2020 foram encerradas como “só exposição” ou como “reação adversa” - nenhuma encerrada como “confirmada”. As notificações de 2021 estão em aberto, pois ainda estão em processo de investigação pelo município. O MPPA não divulgou os nomes do proprietário, do responsável técnico da fazenda e dessa propriedade.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) informou que uma equipe da Secretaria se deslocou até a fazenda localizada no município de Santa Luzia do Pará onde foi constatado que a propriedade não possuía Licença de Atividade Rural (LAR) junto à Semas e nem ao órgão municipal de meio ambiente. A Semas informa ainda que de forma imediata foi lavrado um auto de infração e posteriormente o local foi interditado para exercer atividades. Um processo administrativo punitivo também foi aberto junto à Secretaria. A Semas ressalta que se houver a constatação de que no local esteja ocorrendo atividade ilegalmente, uma nova autuação poderá ser feita. A Redação Integrada também entrou em contato com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Santa Luzia, e aguarda retorno.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

AMAZÔNIA

POLÍCIA

Advogado mata a própria mãe a facadas em Belém

Suspeito foi preso em flagrante e apresentado na Divisão de Homicídios da Polícia Civil

O Liberal

18.01.22 8h32 - Atualizado em 18.01.22 9h43



O advogado Leonardo Felipe Giuni Bahia matou a própria mãe, na madrugada desta terça-feira (18), em Belém. A Polícia Científica foi acionada para analisar a cena do crime, em um prédio residencial no bairro Batista Campos. O suspeito foi preso em flagrante apresentado na Divisão de Homicídios da Polícia Civil.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O caso ocorreu antes das 6h, no edifício Villa Del Fiore. A vítima é Arlene Giuvin da Silva, que foi morta a golpes de faca. A irmã do advogado também teria sido ferida, sem gravidade, no momento do crime. Leonardo Felipe foi caputado ainda no prédio e sem reação. Já foi ouvido pela polícia. Entre as linhas de investigação, há a hipótese de um surto psicótico.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

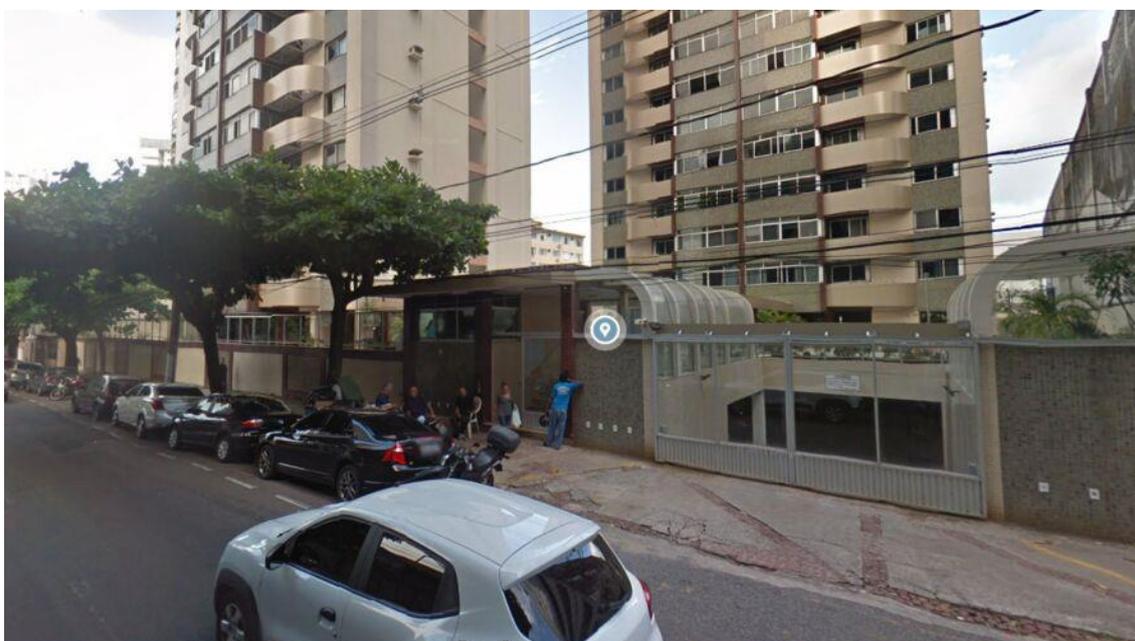
(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Advogado mata a mãe e fere irmã em área nobre de Belém

O suspeito teria tido um surto psicótico.

terça-feira, 18/01/2022, 10:23 - Atualizado em 18/01/2022, 10:26 - Autor: **Diário Online**



Advogado, suspeito do crime, foi apresentado na Divisão de Homicídios da Polícia Civil. | Reprodução/Google Street View

Amanhã desta terça-feira (18), foi de movimentação policial para os moradores do edifício Villa Dei Fiore, localizado na travessa Dr. Moraes, no bairro Batista Campos, em Belém.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Um homem matou a própria mãe e feriu a irmã. O suspeito foi identificado como Leonardo Felipe Giuni Bahia, que é advogado. Ele foi preso em flagrante e apresentado na Divisão de Homicídios da Polícia Civil.

A Polícia Científica foi acionada para analisar o local do crime, que teria ocorrido antes das 6h da manhã. A vítima foi identificada como Arlene Giuvin da Silva. Ainda segundo informações, a irmã do acusado também teria sido ferida no momento do crime.

Mais informações em instantes.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Advogado mata a mãe na Batista Campos, em Belém

18 JAN 2022 - 08H48 ATUALIZADO 18 JAN 2022 - 10H14



Crédito: Reprodução/Agência Pará

Arlene Giuvin da Silva foi morta pelo próprio filho, na madrugada desta terça-feira, 18, dentro do prédio onde morava, na Rua dos Mundurucus, no bairro de Batista Campos, em Belém.

A Polícia Militar (PM) foi acionada e isolou a área para que o Centro de Perícias Científicas Renato Chaves (CPCRC) realizasse a remoção do corpo.

Segundo informações preliminares, o filho da vítima era advogado e foi encaminhado para Divisão de Homicídio da Polícia Civil. Além da mãe,

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

o acusado também atacou a irmã, que ficou ferida. Ainda não há informações sobre o motivo dos ataques.

Matéria em atualização.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MP investiga delegado de Ponta de Pedras, no Pará, denunciado por infrações
Segundo promotoria, titular da unidade é suspeito de "retardar injustificadamente atos de ofícios, promover prisão ilegal e abuso de autoridade".

Por g1 Pará — Belém

17/01/2022 18h55 Atualizado há 14 horas



Delegacia de Polícia Civil em Ponta de Pedras (PA). — Foto: Reprodução / Polícia Civil

O delegado de Polícia Civil de [Ponta de Pedras](#), no arquipélago do Marajó, é alvo de uma investigação criminal pela Promotoria de Justiça.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ele é suspeito de praticar infrações penais, incluindo falta de atendimento, demora injustificada na conclusão de inquéritos, além de atendimento grosseiro e descuidado, segundo o Ministério Público do Pará (MPPA).

Um procedimento investigatório foi instaurado nesta segunda-feira (17) pela promotora Francys Galhardo do Vale. O [g1](#) solicitou posicionamento da Polícia Civil, mas ainda aguardava posicionamento até a publicação da reportagem.

De acordo com a investigação, "as irregularidades foram identificadas no curso de procedimento administrativo aberto na unidade para desenvolver os trabalhos do Controle Externo da Atividade Policial".

A promotoria afirma ter observado "crescimento expressivo de reclamações (...) relatando uma série de falhas ocorridas na delegacia".

"Tais reclamações foram confirmadas com a constatação de quase 30 irregularidades promovidas pelo servidor, nas quais retardou, injustificadamente, atos de ofícios, promoveu uma prisão ilegal, bem como agiu com abuso de autoridade", afirma.

Para o MP, em razão da gravidade dos fatos, que configuram infrações penais e disciplinares, foi solicitado ao Corregedor Geral da Polícia Civil do Pará o afastamento preventivo do policial.

Também foi pedido a retirada da identidade funcional e/ou arma de fogo, pelo prazo de 60 dias e a realização de correição extraordinária imediata na delegacia de [Ponta de Pedras](#).

O MPPA informou que remeteu ofício ao delegado geral da PC, Walter Resende, solicitando nomeação de delegado titular para que continue os trabalhos na comarca e proceda o saneamento das irregularidades apontadas, "haja vista que

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

além de influenciar na ausência de apuração de delitos cometidos na cidade, vem impactando no andamento de processos judiciais".

A promotoria disse, ainda, que as investigações continuam para elucidar os fatos. Qualquer denúncia pode ser remetida para o endereço eletrônico mppontadepedras@mppa.mp.br.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br